



**PROGRAMA DE ACÇÃO
E ORÇAMENTO PARA 2011**

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se as associadas da **União das Mutualidades Portuguesas** para reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea c) do artigo 21 dos Estatutos, a realizar no **dia 11 de Dezembro de 2010 (Sábado), às 10h, no auditório da Previdência Portuguesa – AM, Rua da Sofia, 193, 3001-901 Coimbra**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Programa de Acção e Orçamento para o exercício de 2011 e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal.
2. Discutir e votar outros assuntos de interesse para a UMP e suas Associadas.

Nos termos do art.º 23.º n.º 2, a falta de quórum de funcionamento na hora supra referida determina que a Assembleia Geral Ordinária se realiza em segunda convocação, igualmente no dia **11 de Dezembro de 2010, meia hora mais tarde, ou seja, às 10:30 horas**, no mesmo local, com qualquer número de associadas presentes.

Informa-se, ainda, que os documentos aludidos na presente convocatória estarão disponíveis para consulta na sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e no Portal do mutualismo, **www.mutualismo.com**, durante os quinze dias anteriores à realização da aludida Assembleia Geral.

Lisboa, 15 de Novembro de 2010

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



Maria de Belém Roseira

OBSERVAÇÃO:

Nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da UMP, as quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são satisfeitas antecipadamente, por trimestre, semestre ou ano.

PROGRAMA DE ACÇÃO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

ESTIMADOS ASSOCIADOS

Para cumprimento do disposto dos artigos 19.º e 28.º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, submete-se à apreciação da Assembleia Geral o Programa de Acção e Orçamento (Conta de Exploração Provisional) para o exercício de 2011, peça, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da alínea b), número 1 do artigo 33.º dos mesmos Estatutos.

INTRODUÇÃO

A crise financeira, a que se adicionou a económica, a social, a política e mesmo a civilizacional, provocam perspectivas sombrias à grande maioria, senão à totalidade, dos portugueses, angustiados perante uma situação de agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, que não espera do Orçamento do Estado para 2011, muito restritivo, senão um acréscimo das dificuldades que todos teremos de vir a suportar.

Perspectiva-se que, dada a grande dose de sacrifício exigido, venha a ser difícil conseguir razoável nível de estabilidade social.

Vai tornar-se necessária muita pertinácia, para além de muito engenho e de grande capacidade inovatória, coerentemente aplicada, para esconjurar a falta de confiança e o medo, fenómenos estes susceptíveis de bloquear o bom senso.

Neste contexto, importa pôr em relevo o papel fulcral e a grande importância que a Economia Social pode representar no minimizar destas dificuldades, em particular as Associações Mutualistas, em virtude da sua proximidade às comunidades locais e às famílias nelas inseridas.

Estes tempos difíceis deverão ser encarados como uma oportunidade para repensar o caminho do mutualismo, a forma como estas instituições devem intervir na sociedade, as soluções que podem responder aos novos riscos sociais.

Este pode ser, de facto, um momento de viragem na história do mutualismo e das suas instituições, que ajudará a recuperar a importância que teve outrora. Com efeito, o aumento de desemprego, o decréscimo do valor de referência que serve de base ao cálculo das reformas, a crescente necessidade de aumentar as res-

postas de conciliação da vida familiar com a vida profissional, o apoio às pessoas mais idosas e a reforma do sector da saúde, são situações que podem, e devem, levar as Associações Mutualistas a encarar o desenvolvimento e a oferta de novas modalidades de benefícios, voltando a assumir, no futuro, um renovado contributo mormente no campo da complementaridade da segurança social e da saúde.

A União das Mutualidades Portuguesas acredita que as Associações Mutualistas saberão responder a estes novos desafios e ela própria procurará transformar os escassos recursos de que disporá em múltiplas acções em prol do desenvolvimento do Mutualismo.

Em suma, se é certo que a situação económico-financeira e social do nosso País é assaz preocupante, não será por falta de empenhamento dos Mutualistas que o seu rumo não virá a ser alterado no sentido positivo, ou seja, inovando e pondo em acção todas as suas intrínsecas capacidades. Assim saibamos aproveitar este momento para reinventar o Mutualismo em Portugal.

Nesta linha, e aproveitando a evocação do centenário do Primeiro Congresso Nacional de Mutualidade, está a União das Mutualidades Portuguesas a propor-se organizar e realizar o X Congresso Nacional do Mutualismo, espaço propício ao debate dos novos desafios que se colocam ao mutualismo em Portugal e na Europa, e para o qual se espera encontrar os respectivos Patrocinadores. Sendo uma acção e um orçamento extraordinários, não serão incluídos no Programa de Acção e no Orçamento para 2011, que a seguir se apresentam.

PROGRAMA DE ACÇÃO PARA 2011

Mesmo correndo o risco de que os pontos perspectivados para o próximo exercício sejam considerados ousados, não será despidendo colocar a «fasquia» em nível aparentemente elevado, essa posição, na prática terá de constituir factor de indução, de molde a potenciar todos os resquícios imaginativos de forma a que todos os pontos abaixo identificados possam vir a ser executados.

Não obstante tal anímico estado de espírito, considera-se que a realização do X Congresso Nacional do Mutualismo, realização que consideramos de maior relevo e projecção, ele não poderá ser levado a efeito se não se conseguir um nível de patrocínios que tal realização exige. Por uma questão de economicidade o Congresso endogeneizaria a celebração que anualmente vem sendo praticada sob a designação do Dia Nacional do Mutualismo.

Ainda que, no que às fontes de financiamento diz respeito, existam algumas incertezas quanto aos habituais recursos financeiros, mormente providos do Protocolo de Cooperação, ao Conselho de Administração compete apresentar à Assembleia Geral o Programa de Acção e Orçamento para 2011, consubstanciado nos pontos a seguir identificados:

a) Organização e Funcionamento da UMP

1. Apresentar proposta de alteração dos Estatutos da UMP, Estatuto disciplinar, Código de ética, Regulamento da Assembleia Geral e Regulamento Eleitoral.
2. Estudar e apresentar propostas para a criação de soluções que garantam a sustentabilidade financeira da UMP.
3. Participar nos estudos e elaboração de projectos de legislação sobre Economia Social e Mutualismo em particular.
4. Promoção junto da Tutela da alteração do Código das Associações Mutualistas, após audição das mesmas.
5. Assegurar o cumprimento das disposições emergentes da Candidatura INOVSocial que envolve o estágio, durante 12 meses, de eventuais candidatos.

b) Promoção/divulgação do Mutualismo

1. Realizar sessão comemorativa do 25 de Outubro – Dia Nacional do Mutualismo.
2. Promover um ciclo de Conferências sobre «Mutualismo é cidadania activa», no quadro do 2011 Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Activa.
3. Promover o II Concurso de Boas Práticas Mutualistas, com atribuição do Prémio «Inovar para Melhorar 2011».
4. Atribuir o Prémio «Mutualismo e Solidariedade 2010».
5. Promover o funcionamento do Centro de Estudos Mutualistas «Prof. Dr. António Silva Leal», com elaboração do respectivo Regulamento Interno e nomeação da sua Direcção.
6. Editar monografia evocativa do Prof. Dr. António Silva Leal, a publicar com o lançamento do Centro de Estudos Mutualistas.
7. Sensibilizar o Ministério da Educação para a importância/necessidade de debater o tema do Mutualismo junto da população escolar.
8. Promover acções de promoção do Mutualismo junto das escolas.

c) Capacitação das Mutualidades

1. Apresentar as conclusões do estudo sobre «Oferta Mutualista».
2. Acompanhar o processo de implementação do novo sistema contabilístico das Associações Mutualistas.
3. Disponibilizar modelo/normas para apresentação do balanço técnico das diversas modalidades elaborado por actuários.
4. Promover a harmonização de critérios contabilísticos, designadamente ao nível da imputação de custos, directos e indirectos, nas diversas modalidades e respostas sociais.
5. Promover a realização de acções formativas no quadro da e-qu@lificação – capacitar para inovar, adaptadas à realidade das mutualidades.
6. Organizar e realizar acções de formação para dirigentes, quadros e outros colaboradores das mutualidades, relacionadas com as actividades de melhoria da capacitação institucional e organizacional, nomeadamente nos domínios da fiscalidade, gestão financeira e comunicação, essencialmente por recurso a financiamento provindo de Fundos Comunitários.
7. Promover, em estreita colaboração com Centros de Estudos Sociais da área académica, o estudo dos novos riscos sociais, suas implicações na sociedade portuguesa e prescrição de instrumentos susceptíveis de combater as emergentes consequências.
8. Garantir a prestação do apoio técnico regular e de proximidade às Associações Mutualistas.
9. Promover e apoiar a constituição de novas Associações Mutualistas.
10. Acompanhar os processos da área da saúde, designadamente os relacionados com as Farmácias Sociais.

d) Imagem e comunicação

1. Editar newsletter da UMP, em formato digital, com periodicidade quinzenal.
2. Editar trimestralmente o Boletim MUT.
3. Manter actualizado o website institucional da UMP.
4. Editar folheto institucional «Mutualismo e Mutualidades».
5. Dinamizar a imagem de marca «Mutualidades Portuguesas», junto das diversas mutualidades, através da disponibilização de elementos gráficos e de placas identificadoras.
6. Elaborar e distribuir um folheto sobre Farmácias Mutualistas.

e) Representação e Cooperação

1. Participar nas actividades da Comissão Nacional de 2011 Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Activa.
2. Participar nas actividades da Associação Internacional da Mutualidade (AIM), da União Europeia de Farmácias Sociais (UEPS), da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e em conselhos, comissões e grupos de trabalho onde a UMP esteja representada.
3. Desenvolver contactos institucionais com organizamos mutualistas de outros países, designadamente Espanha, América do Sul e Países de Língua Portuguesa, com vista à troca de conhecimentos e experiências.
4. Participar na divulgação, junto das Associações Mutualistas, dos resultados do Projecto Internacional «Trabalhar e Cuidar na Europa», financiado no âmbito dos «Programas Quadro» da União Europeia sobre políticas promotoras de igualdade de género no âmbito do trabalho e dos cuidados familiares em contextos públicos e privados.

ORÇAMENTO (Conta de Exploração Previsional) para 2011

Para fazer face às despesas com o normal funcionamento da União das Mutualidades Portuguesas, bem como às acções constantes do Programa de Acção acima proposto, o Conselho de Administração apresenta seguidamente o orçamento (conta de exploração previsional) para 2011, que está equilibrado, prevendo-se Custos e Perdas no montante de 221 milhares de euros, dos quais 178,6 milhares de euros se destinam a cobrir as despesas de funcionamento normal e 42,4 milhares de euros se encontram afectos aos projectos, de que se destacam a Formação (19,5 milhares de euros) e as Bolsas para os 5 estagiários do programa InovSocial (18 milhares de euros). Estes Custos e Perdas são inteiramente cobertos pelos Proveitos e Ganhos, neles sobressaindo a Participação e Subsídios à Exploração, no valor de 197 milhares de euros, isto é, 89,1% do total, onde se inclui o Subsídio a receber do ISS, no âmbito do Protocolo de Cooperação, que se encontra muito reduzido em relação ao previsto no ano anterior e que, afinal, se veio a concretizar no ano em curso com uma redução de cerca de 49 milhares de euros, enquanto se espera continuar a contar com o mesmo montante do subsídio concedido por uma instituição nossa associada. Sublinhe-se a exiguidade dos Proveitos inerentes a Associados (20 milhares de euros), constituindo-se a Quotização dos Associados como a sua principal rubrica (18,2 milhares de euros, ou seja, 8,2%), o que demonstra bem a grande dependência financeira da nossa União.

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL 2010

CUSTOS E PERDAS

Código	Contas	Valor €
622	Fornecimentos e Serviços Externos	130 000
62211	Electricidade	1 100
62212	Combustíveis	0
62213	Água	250
62214	Outros fluídos	200
62215	Ferramentas, utensílios de desgaste rápido	500
62216	Livros e documentação técnica	500
62217	Material de escritório	4 500
62218	Artigos para oferta	500
62219	Rendas e Alugueres	1 500
62221	Despesas de representação	2 000
62222	Comunicação	6 000
6223	Seguros	1 000
62225	Transporte de Mercadorias	0
622256	Transporte de Pessoal	0
62227	Deslocações e Estadas	4 500
62229	Honorários	
	Assessorias técnicas	61 000
62230	Formação	
	Acções de Formação	19 450
62232	Conservação e Reparação	2 000
62233	Publicidade e Propaganda	1 000
62234	Limpeza, higiene e conforto	1 000
62236	Trabalhos Especializados	10 000
62290	Publicações	
	«MUT»	10 000
	Outras Publicações	<u>2 000</u>
62298	Outros Fornecimentos e Serviços	1 000

CUSTOS E PERDAS (Continuação)

Código	Contas	Valor €	
631	Impostos		100
64	Custos com Pessoal		72 200
642	Custos com Pessoal	44 100	
645/8	Encargos Sociais	10 100	
649	Estagiários – Bolsas	<u>18 000</u>	72 200
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		13 500
652	Quotas a Organizações Internacionais	12 500	
653	Inscrições em Congressos/Seminários	<u>1 000</u>	13 500
66	Amortizações do Imobilizado		5 000
68	Custos e Perdas Financeiras		200
69	Custos e Perdas Extraordinárias		0
	Total de Custos e Perdas		<u>221 000</u>

PROVEITOS E GANHOS

Código	Contas	Valor €
70	Proveitos inerentes a Associadas	20 000
702	Quotizações de Associadas	18 200
708	Outros proveitos inerentes a Associados	1 800
71	Vendas-Publicações	0
72	Prestação de Serviços	2 000
74	Comparticipação e subsídios à Exploração	
741	Estado e Outros Entes Públicos	
	Do ISS	
	Protocolo de Cooperação	87 000
742	Outras Entidades	<u>110 000</u>
		197 000
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	2 000
79	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	0
	Total de Proveitos e Ganhos	<u>221 000</u>

Lisboa, 17 de Novembro de 2010

O Conselho de Administração

Presidente – Alberto José dos Santos Ramalheira
em Representação do Montepio Geral – AM

Vice-Presidente Norte – Luís Alberto Sá e Silva
em Representação da Mutualidade de Santa Maria – AM

Vice-Presidente Centro – Carlos Manuel Casteleiro Alves
em Representação da ASM Covilhanense

Vice-Presidente Lisboa e Regiões Autónomas – Pedro Maria Bleck da Silva
em Representação da ASM dos Empregados no Comércio de Lisboa

Vice-Presidente Sul – Inácio Correia
em Representação da ASM João de Deus

Vogal – Administrador Delegado – Artur Francisco Neves Freire
em Representação da ASM dos Empregados do Estado

Vogal – Secretário Geral – Edgar José Vilares Diogo
em Representação do Mealheiro Postal – AM

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e para os efeitos estipulados no artigo 33.º dos Estatutos da UMP, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Programa de Acção e Orçamento para o exercício de 2011.

Não obstante o preocupante cenário, consequente da instalada crise económico-financeira e social, o Conselho Fiscal considera que o Programa de Acção em apreço, encontra-se ajustado aos princípios programáticos que oportunamente foram apresentados.

Apreciadas que foram as considerações explanadas e tendo em conta os informes subsidiariamente prestados pelo Conselho de Administração em sede de reunião conjunta dos Órgãos Associativos, o Conselho Fiscal pronuncia-se favoravelmente ao aludido Programa e Orçamento no convencimento de que venha a ser viável a obtenção dos correspondentes recursos financeiros, significando isso dizer ser imprescindível acolher a habitual liberalidade concedida por terceiros.

17 de Novembro de 2010

O Conselho Fiscal

*Presidente – Dr. Carlos Trincão Marques
Representante da ASM Montepio Nossa Senhora da Nazaré*

*Vogal – António Alves do Vale
Representante da ASM F. do Concelho de Valongo*

*Vogal – José Santos Almeida
Representante da A Familiar ASM de Espinho*



**UNIÃO
DAS MUTUALIDADES
PORTUGUESAS**

Praça Pasteur, 3 - 2.º Esq. | 1000-238 Lisboa

Telefones 21 844 61 70/5

www.mutualismo.com | uniao@mutualismo.com